

## **TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA ERA<sup>1</sup>**

Jacob Carlos Lima

Atualmente, ouvimos falar o tempo todo em reestruturação produtiva, reengenharia, flexibilização de mercados, terceirização, globalização, termos que parecem deter a chave explicativa das transformações em curso no capitalismo mundial.

Mas o que significam efetivamente?

Para tentar entender o que está acontecendo, valeria reportar-nos à chamada crise do paradigma fordista do pós-guerra, paradigma este, vigente até os anos 70 nos países centrais aliando produção em massa com consumo de massa, forte presença do Estado, políticas sociais e acordos sindicais dentro do chamado welfare state.

Anos 70, recessão mundial, crise do petróleo, esgotamento de mercados. Novas tecnologias são viabilizadas para a superação da dependência energética dos países produtores de petróleo. Para alguns autores, o início de uma terceira revolução industrial representada pela informática, pela automação de base micro-eletrônica.

Entra em cena o modelo japonês de produção e organização do trabalho, com suas ilhas - ou células - de produção, just in time/kanban,

<sup>1</sup> Texto apresentado em mesa redonda no DIEESE - João Pessoa, abril de 1995.

qualidade total. De uma indústria desacreditada - a japonesa, passa a assustar pela qualidade, diversidade, produtividade e, portanto, competitividade, provocando reação em cadeia nos países industrializados.

Mudam as palavras de ordem. Competitividade, barateamento de custos, enxugamento. Sinônimos de redução de mão de obra empregada; substituídas agora por novas técnicas e novas formas de organização do trabalho.

A sociedade de bem estar social passa a ser onerosa e com pouca flexibilidade para a mudança. Os capitais migram em busca de mão de obra barata, instalando indústrias nos países periféricos, onde direitos sociais são artigos de luxo, e onde a democracia é relativa, para parafrasearmos um ex-general presidente. A produção torna-se mundial - um automóvel passa a ser montado com peças fabricadas em uma dezena de países, onde além da mão de obra farta, contam incentivos a produção garantindo maior lucratividade.

Surge o chamado capital volátil, produto da informatização dos mercados financeiros, da comunicação via satélite, que entram e saem diariamente de países em busca de ganhos imediatos. O jogo financeiro assume contornos assustadores com os mercados futuros com conseqüências funestas, seja para instituições seja para países. Eliminam-se as fronteiras aos capitais, formando-se blocos econômicos fortalecendo os oligopólios.

O velho e desgastado discurso liberal, retoma seu fôlego com novas roupagens, tendo em Thatcher e Reagan seus arautos. É o neoliberalismo com suas propostas desregulamentação dos mercados, eliminação de barreiras comerciais, de benefícios sociais, o Estado mínimo como a grande solução. Pelo menos para os outros. O discurso contra o protecionismo comercial é de mão única, no sentido norte-sul.

Poderíamos chamar essa nova fase da acumulação capitalista, seguindo Harvey (1993), de acumulação flexível - flexibilidade dos processos de trabalho, mercados, produtos, padrões de consumo, serviços financeiros, altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse processo assume, no mundo do trabalho, contornos bem menos atraentes. A crise econômica mundial, a reestruturação produtiva (tecnológica + organizacional) colocou por terra o emprego ou o quase pleno emprego do primeiro mundo, reaparecendo em climas temperados, o desemprego estrutural, endêmico em terras tropicais. Reestruturação-

flexibilização passou a justificar velhos hábitos no trato da força de trabalho e de reclamações empresariais contra gastos sociais.

A flexibilização das relações de trabalhos, a terceirização, com a transferências para empresas menores de partes da produção, locação de mão de obra, barateiam o custo da mão de obra eliminando conquistas sociais dos trabalhadores vinculados a grandes empresas de ponta na economia, com forte presença sindical, e maior poder de negociação salarial.

O enxugamento agora não se limita mais a um já enxutíssimo chão de fábrica. As novas ideologias participativas, onde o "homem" aparece como prioridade, onde tenta-se envolver o trabalhador nos objetivos de "qualidade" da empresa, pressupõe também eliminação de níveis hierárquicos, enxugamento ou terceirização de serviços técnicos enfim, a tal reengenharia.

As ilhas de produção requerem agora o trabalhador polivalente, pelo reconhecimento da motivação implícita no domínio do processo de trabalho. Trabalho em grupo alia responsabilidade, disciplina, intensificação do trabalho, e maior produtividade sem alterar a remuneração. O investimento no trabalhador, a ideologia da qualidade, vem acompanhada de salários baixos, uma vez que não pressupõe ganhos pecuniários, mas o vestir a camisa da empresa, perceber que as metas da empresa são as suas metas, da interiorização da disciplina através da responsabilidade junto a equipe num processo de emulação permanente, cujos ganhos limitam-se a diplomas, troféus, ou qualquer outra coisa, atribuída a equipe pela vitória. O que importa é o significado simbólico, da complementação de interesses entre capital e trabalho.

O movimento sindical se desorienta. Conquistas organizativas são abandonadas frente aos novos paradigmas de produção que afetam o poder de barganha dos sindicatos, que se vêem obrigados a mudar de estratégias como forma de sobreviver, numa aparente falta de alternativas (Souza Martins, Ramalho et al: 1994). Parece não haver saída. O capital está dando as cartas.

Líderes sindicais em São Paulo promovem confraternização com empresários por reformas institucionais visando a "flexibilização" de nosso mercado de trabalho. Em recente entrevista a uma revista nacional, um consultor de empresas reclamava da baixa produtividade de nossa indústria sendo que uma das causas seria o "alto custo" de nossa mão de obra. Citava especificamente a indústria de calçados que, com o alto salário pago aos

trabalhadores (lembrar que as indústrias de calçados de Franca em S. Paulo e da região do vale dos sinos no Rio Grande do Sul, vivem sendo denunciadas pela utilização de crianças menores de 14 anos com salários irrisórios e condições de trabalho insalubres) não teria condições de concorrer com o produto "chinês". A solução obviamente não seria baixar o salário mínimo para 40 dólares (como o chinês) mas rever "nosso sistema social". Valeria perguntar onde estaria esse sistema social tão oneroso, haja visto o "bem estar" em que vive nossa população trabalhadora.

Parece ironia falar de desregulamentação das relações de trabalho como forma de desenvolvimento no Brasil. O argumento é que a desregulamentação enxugaria custos das empresas tornando-as mais competitivas. Se considerarmos que o Brasil é um dos países onde a mão de obra é a mais barata do mundo, onde o mercado de trabalho sempre foi precariamente regulamentado (apesar de farta legislação trabalhista, desconsiderada inclusive por governos estaduais e municipais, onde a região Nordeste é ilustrativa dessa prática) e fiscalizado, a proposta é a precarização geral, ou melhor, mais uma vez, socializar por baixo

E a Paraíba nesse quadro? A progressiva substituição do paradigma fordista pela acumulação flexível teve seus reflexos na indústria paraibana nas filiais de grupos nacionais ou multinacionais aqui instaladas, empresas estatais, bancos e mesmo pequenas empresas. Métodos como CCQ, Kanban, ilhas de produção já há algum tempo são utilizados, com sucesso variável. Os resultados no geral implicam em supressão de turnos, manutenção dos patamares salariais no mínimo e desemprego. Em outras palavras, para os trabalhadores locais, apenas a modernização da exploração, com novos métodos e novos discursos e, as vezes novas máquinas.

Contudo a maré homogenizadora da "acumulação flexível" deve ser relativizada. Tal como o taylorismo-fordismo, que foi, e continua sendo, amplamente adaptado e modificado, conforme o contexto industrial, oferta de mão de obra, condições de mercado, competitividade, políticas estatais, etc. Nesta direção situam-se as empresas, mesclando formas de gestão mais convenientes à lucratividade de seus investimentos, utilizando-se fartamente, aí sim, das especificidades econômicas e culturais locais, dentro da nova ideologia modernizadora. Não mais do novo Nordeste, do esforço industrializante, do desenvolvimento, mas da qualidade, enfim da integração a um mercado não mais regional ou nacional, mas mundial.

Outro elemento significativo desse processo é a terceirização, não apenas da produção mas na contratação direta de trabalhadores, que garante a contratante a liberação dos encargos sociais que funcionam como um salário indireto pela subcontratação através de empresas "locadoras" de mão de obra por tempo determinado. A essas formas terceirizadas soma-se também o trabalho a domicílio que, embora não seja novidade, tem nova justificativa em sua utilização, agora são "terceirizados".

Enfim, a precarização como fenômeno permanente da condição operária, assume agora ares de modernidade, com a eliminação (ou pelo menos tentativa de) a nível ideológico, de alternativas em face as novas formas de exploração do trabalho variando dicotomicamente entre integração e exclusão, com maiores possibilidades para a segunda.

A nova era parece ser a do capital. Todavia devemos lembrar que a relação capital-trabalho tem sido marcada historicamente por momentos de enfrentamento, recuos, equilíbrios precários, com o movimento dos trabalhadores se organizando, desorganizando, reorganizando. A perplexidade atual reflete essa dinâmica, onde uma derrota não significa o fim dos combates, ou a vitória definitiva de qualquer lado, mas a necessidade de repensar táticas e estratégias.

Seguindo Kurz (1992), poderíamos dizer que a tendência a eliminação do trabalho vivo pela supressão da mão de obra na produção coloca em cheque a própria realização da mercadoria e portanto do capital. Alguém precisa consumir. A velha história da relação complementar e antagônica entre capital e trabalho, parece que ainda não superada, apesar de fora de moda.

### **Bibliografia**

- KURZ, Rodolf. **O colapso da modernização: da derrocada socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SOUZA-MARTINS H. e RAMALHO, José Ricardo. **Terceirização diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec/Cedi/Nets, 1994
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

- LIMA, J. C. **A modernidade inconclusa: a experiência operária no Nordeste.** João Pessoa: MCS-UFPB, (Cadernos de Ciências Sociais 35), 1995.
- BUONFÍGLIO, M. C. et al. **Trabalhadores, tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária-UFPB, 1994
- DIEESE. **Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção.** São Paulo: Dieese, 1994